

REVISTA / **DOS** **CENTENÁRIOS**



N.ºs 2 e 3 — Fevereiro / Março de 1939 — ANO I



COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

LEGAL
BR. 1939

S U M Á R I O

A MAIS ALTA JUSTIFICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA—
Dr. Hernani Cidade 1

DECLARAÇÕES DO SR. DR. AUGUSTO DE CASTRO —
Comissário Geral da Exposição do Mundo Português 5

APÊLO FEITO PELO GRANDE ESCRITOR CARLOS MA-
LHEIRO DIAS AOS PORTUGUESES DO BRASIL PARA
A COMEMORAÇÃO DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUN-
DAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — 1140
1640 — 1940. 13

O SENHOR DE VILA VIÇOSA — Dr. Rodrigues Cavalheiro 17

O DUPLO CENTENÁRIO DE 1940 21

LEGISLAÇÃO. 23

REVISTA DA IMPRENSA 27

NOTAS VÁRIAS 31

GRAVURAS FORA DO TEXTO:

CONDE D. HENRIQUE—PROJECTO DA NAU «PORTUGAL»
QUE DEVE FIGURAR NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTU-
GUÊS—EL-REI D. JOÃO IV-GRAVURA DE BALTAZAR MON-
CORNET — PÁGINA DOS GUERREIROS DO «APOCALIPSE
DE LORVÃO» — GUIMARÃIS-MONUMENTO A D. AFONSO
HENRIQUES.

A MAIS ALTA JUSTIFICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Quando, no próximo ano de 1940, Portugal festejar o duplo centenário da sua independência, não se recusará a fidalga Espanha a participar neste júbilo do país-irmão, apesar das oposições que a tal independência ofereceu.

Oito séculos de história bastam e sobram para que um povo possa mostrar a suficiência ou insuficiência dos títulos com que justifica a sua autonomia — se é que os não dispensa o próprio, longuíssimo transcurso da sua duração além da mesma individualidade da sua fisionomia espiritual. E, assim, também para ela será espectáculo mais sagrado do que os mais sagrados egoísmos nacionais, o de um povo festejando a liberdade e a independência que lhe condicionaram a realização do próprio destino — e festejando simultaneamente um destino que, superando a restrição dos seus interesses materiais ou espirituais, dir-se-ia constituir a razão de ser de uma e outra, a sanção dada a ambas pela força transcendente que parece presidir à história da humanidade.

Creio limpa de toda a névoa sentimental esta visão histórica que a meus olhos de humanista explica e justifica a independência de Portugal, por uma divergência de rumos políticos e sociais, determinada pela missão que o destino a êste impôs. A todos os outros países da Península incorporou Espanha na sua magnífica unidade. ¿Porque definitivamente Portugal para sempre a sua própria alforria, resistindo ao prestígio de uma cultura quasi sempre superior, à força avassaladora do número, à sugestão do exemplo, além de às tentativas armadas de absorção ?

Não invoquemos, para explicar o facto, os dados insuficientes e tão misteriosos da pré-história, da antropologia ou da etnologia. Será tentar clarear o cinzento a pinceladas de nankin, êste processo de explicar o pouco conhecido pelo quasi absolutamente ignorado. Se do escuro e remotíssimo passado se propagam até hoje surdas tendências a acordar a aspiração autonomista, razão mais visível do fenómeno patenteia-a o claro panorama dos últimos oito séculos de história.

A independência de Portugal é uma fatalidade geográfica. E' uma solicitação ao mesmo tempo que uma oferta do Oceano. Foi êle quem coroou raíña a sua capital, que se não deslocou de Guimarães para Coimbra e de Coimbra para a foz do Tejo, senão por esta tendência a fazer da orla marítima a zona da nossa mais febril, mais absorvente e fecunda actividade. Escreve o geógrafo árabe, conhecido pelo Mouro Razis (século X):

« Dizem que as Espanhas são duas, porque se partem em duas partes, e isto por o movimento e corrimento das chuvas e dos rios. Pois dizemos que uma Espanha é ao sol levante e outra ao poente ».

! Que diferentes situações, a determinar diferentes rumos e destinos ! Espanha tóda atenta a perspectivas europeas e mediterrânicas; perante nós, descerradas perspectivas atlânticas e ultramarinas. Espanha solicitada a cada passo à competição de hegemonia na Europa; Portugal sentindo, persistente, o apêlo da distância misteriosa, das ilhas e dos continentes de que adivinhava as opulências e sonhava o império. De aqui, diferenças na acção política, como na vida espiritual. Quási de costas voltadas aos dramas da Meseta, predominantemente e desde muito cedo empolgados pelo Oceano, só raramente intervimos nas suas lutas intestinas. Análogamente, só de modo ténue e com atraso se propaga até nós a sua actividade cultural.

Castela tem sôbre Portugal a superioridade material da extensão e do número e a superioridade espiritual da convivência. Por Aragão, está em contacto com os dois países mais cultos da Europa medieval—Itália e França. Pelo sul, realiza com o reino mouro de Granada uma osmose espiritual que lhe traz o conhecimento da cultura árabe e judaica. Em tempos de Pedro III de Aragão, o Mediterrâneo foi um lago dos nossos irmãos ibéricos e a Acrópole de Atenas incorporada no seu património. De aqui, alvorecer Espanha mais cedo do que nós para a cultura italiana, e logo para a clássica, que admiravelmente fundia com o vário saber do Oriente no mesmo bulício espiritual. Curiosíssimo tipo representante dêste sincretismo aquele célebre D. Henrique de Vilhena, tradutor da *Eneida* e da *Divina Comédia*, ao mesmo tempo que sábio em astrologia e *artes magicas et non complidoras de ler...*

E Portugal? — Longe de tal efervescência, tanto nos seus excessos tumultuários nos domínios da política, como em seus invejáveis progressos na esfera das letras e ciências. De vez em quando, um génio se erguia dominando ou superando as altitudes atingidas no outro lado da Península — Fernão Lopes, Gil Vicente, enquanto não vem Camões; mas a média cultural é inferior e, na consciência disso, todos aqui são reverentes perante o prestígio artístico ou cultural dos João de Mena, Rodrigo del Padron, Santillana e *outros doutores modernos* (diz-se no *Cancioneiro* de Rêsende), tanto como dos *Libros del Saber*. Naquele *Cancioneiro* a 7.^a parte da poesia é em castelhano; a restante, quási tóda de influência castelhana. E é conhecido o bilinguismo dos poetas de quinhentos, como de seiscentos, entre os quais Gôngora, Lope, Quevedo exercem realza mais indisputada do que os Felipes na esfera política.

Em compensação — e não esquecendo que em castelhano se exprime o próprio orgulho nacional — as actividades intellectuais ligadas às fainas dos descobrimentos, *as que importavam ao cumprimento do nosso destino*, supriam estas deficiências e sujeições na *Gaya Sciencia*. Pedro Nunes, como Garcia d'Orta haviam frequentado Salamanca. Mas é em Lisboa que o primeiro recolhe as informações dos mareantes como D. João de Castro e escreve o *Tratado da Sphera*; é na India que o segundo vai compondo, cada vez mais consciente das abusões dos antigos, os *Coloquios dos simples e drogas*. E como êles, José Vizinho, João de Lisboa, Diogo de Sá, atentos à realidade concreta — estrêlas, correntes marítimas,

correntes atmosféricas, declinações magnéticas — com uma confiança cada vez menor na ciência antiga, cultivando sempre mais e mais a sua capacidade de observação, recorrendo a cada passo à experiência — *madre das cousas* —, todos andam empenhados nesta magnífica, nova colaboração do homem de ciência com o homem de acção, no preenchimento da missão que acima de tódas faz do século XVI o *maior século da História*, no dizer de Taine!

Somos nós, nesta fase, que enviamos para Espanha geniais colaboradores da sua história gloriosa — Colombo, que em Portugal faz a sua aprendizagem; Fernão de Magalhães e o seu companheiro Rui Faleiro; o irmão dêste — Francisco — autor do *Tratado del sphaera y del Arte de Marear*. Desde o *Regimento do Astrolábio* até os *Roteiros*, uma rica e original literatura náutica informa a Europa dos caminhos dos oceanos, como dos processos de os percorrer, dirigindo os navios pela observação dos astros. E as viagens que empreendem franceses, ingleses, holandeses ou são guiadas por pilotos nossos ou utilizam em traduções ou decalques roteiros igualmente nossos.

Assim, ou por nós ou com a nossa colaboração, o planeta é esquadrihado em todos os sentidos, a todo êle se estende a fecunda hegemonia da Europa e para longos séculos se inicia a obra de civilização, de *europaização* do mundo — obra em que nós, portugueses, incessantemente a continuando, ainda conservamos uma grande parte.

Se a humanidade inteira lucrou, pela progressiva iluminação da sua consciência e do mundo em que vive, com esta consagração ao descobrimento do mundo e ao enriquecimento da consciência de tódas as actividades de um povo, parece bem evidente que a *diminuição de Espanha*, pela nossa autonomia foi a condição em que o dinamismo dos egoismos nacionais despertados, pôde promover e apressar o *crescimento da humanidade*. E tal é da nossa autonomia a mais alta justificação.

A Espanha bem compreende que assim é. Foi necessária a segmentação da célula mãe, para que cada célula dela derivada mais livremente podendo evoluir num organismo independente, com mais eficácia servisse destinos que transcendem os seus como os nossos interesses. Por isso se associará à alegria de um povo, festejando a libertação de tódas as dependências que não sejam aquela que o prende ao próprio destino.

Lisboa-II-939

HERNANI CIDADE





CONDE D. HENRIQUE

(Tombo da Sé de Santiago de Compostela)

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

DECLARAÇÕES DO SENHOR
DR. AUGÚSTO DE CASTRO,
COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO

«Tomei posse do meu cargo de comissário geral da Exposição do Mundo Português em 28 de Dezembro último. Só em 4 de Janeiro o Commissariado ficou constituído pela nomeação dos meus ilustres colaboradores, o distinto engenheiro sr. Sá e Melo, comissário adjunto, e o sr. Cotinelli Telmo, architecto-chefe. Foi preciso, após a aprovação do sr. Presidente do Conselho, inspirador e organizador supremo da grande obra das Comemorações, com a colaboração do sr. Ministro das Obras Públicas e de acôrdo com a Comissão Executiva dos Centenários, escolher definitivamente o terreno para a Exposição, estudar as suas condições e a sua adaptação, imaginar, organizar um programa, levantar e fazer aprovar plantas, escolher colaboradores, seleccionar e distribuir trabalhos. Êsse imenso esforço preparatório está já concluído. E posso finalmente dizer ao País : a Exposição do Mundo Português deve inaugurar-se em Maio de 1940, como fôra previsto. Os trabalhos de execução serão iniciados no próximo dia 15 de Fevereiro — isto é — dentro de doze dias.

Pareceu-me desde o primeiro momento que «uma Exposição do Mundo Português» — quer dizer uma Exposição da História de Portugal — não poderia afastar-se da visão do Tejo, nossa estrada universal, caminho histórico da nossa immortalidade, centro geográfico da nossa civilização latina e atlântica.

Quando assumi as funções de comissário da Exposição, duas soluções me foram propostas : o enorme, inulto e deserto espaço que fica por detrás dos Jerónimos, oferecendo um local magnífico e acessível e condições panorâmicas excepcionais — e o terreno livre em frente da igreja e do mosteiro até o rio e que poderia ir, em largura, desde a Praça Afonso de Albuquerque até à Torre de Belém. Para adoptar a primeira destas soluções, era, porém, necessária uma prévia urbanização do local, obra demorada e impossível de realizar dentro do curto espaço de tempo que nos resta até à Primavera de 1940, data das Comemorações. Só, portanto, a segunda solução — o terreno diante dos Jerónimos — era possível. Mas essa mesma condicionada a algumas demolições indispensáveis, já previstas mais ou menos no plano de urbanização daquela zona.

A alta visão e decisão do sr. Presidente do Conselho, a vontade inteligente e inflexível do sr. Ministro das Obras Públicas e o apoio da Câmara Municipal venceram tôdas as dificuldades. As demolições e remoções vão ser antecipadas. A grande praça em frente dos Je-

rónimos ficará integrada na Exposição e será o seu grande átrio de honra, como melhor não se poderia sonhar. Os terrenos até o rio serão libertados das horríveis construções que os desfeiam e obstroem. Em 1940 os Jerónimos voltarão a olhar de frente, sem embarços, o Tejo, seu espelho e seu complemento. Se na data precisa da abertura da Exposição a Torre de Belém não estiver ainda, por absoluta impossibilidade material, completamente liberta das horríveis construções que a escondem e a conspurcam, o sr. Ministro das Obras Públicas prometeu-me que o seria inteiramente durante a Exposição. E de tôdas as formas a Torre de Belém será aproveitada e constituirá, desembaraçada já numa grande extensão da sua incómoda vizinhança, um dos seus fundos panorâmicos.

A Exposição estender-se-á até o Tejo e, nessa maravilhosa e evocativa paisagem, à entrada de Lisboa, poderá erguer-se, em Maio de 1940, a verdadeira cidade da História de Portugal, a Exposição do Mundo Português — entre a grande nau do século XVII ancorada na doca da Exposição, que será a sua antecâmara, o seu primeiro pavilhão, e o monumento imortal do mosteiro Manuelino que reviverá, na luz dos grandes projectores, a glória das suas pedras e a voz do seu passado.

O pensamento da Exposição do Mundo Português foi admirável e claramente exposto pelo sr. Presidente do Conselho. Essa Exposição deve ser uma síntese da civilização portuguesa e da sua projecção universal. Mas uma civilização, oito vezes secular, como a nossa, não é apenas constituída pela acção dos seus heróis, pela sua expansão geográfica e pelas suas conquistas: é também obra dos seus Santos e dos seus Poetas. A história narrada em imagens, que será a Exposição de 1940, deve ter, pois, a sua expressão heróica e política que é certamente a principal e fundamental — mas não pode prescindir das expressões lírica e mística que são características do génio português.

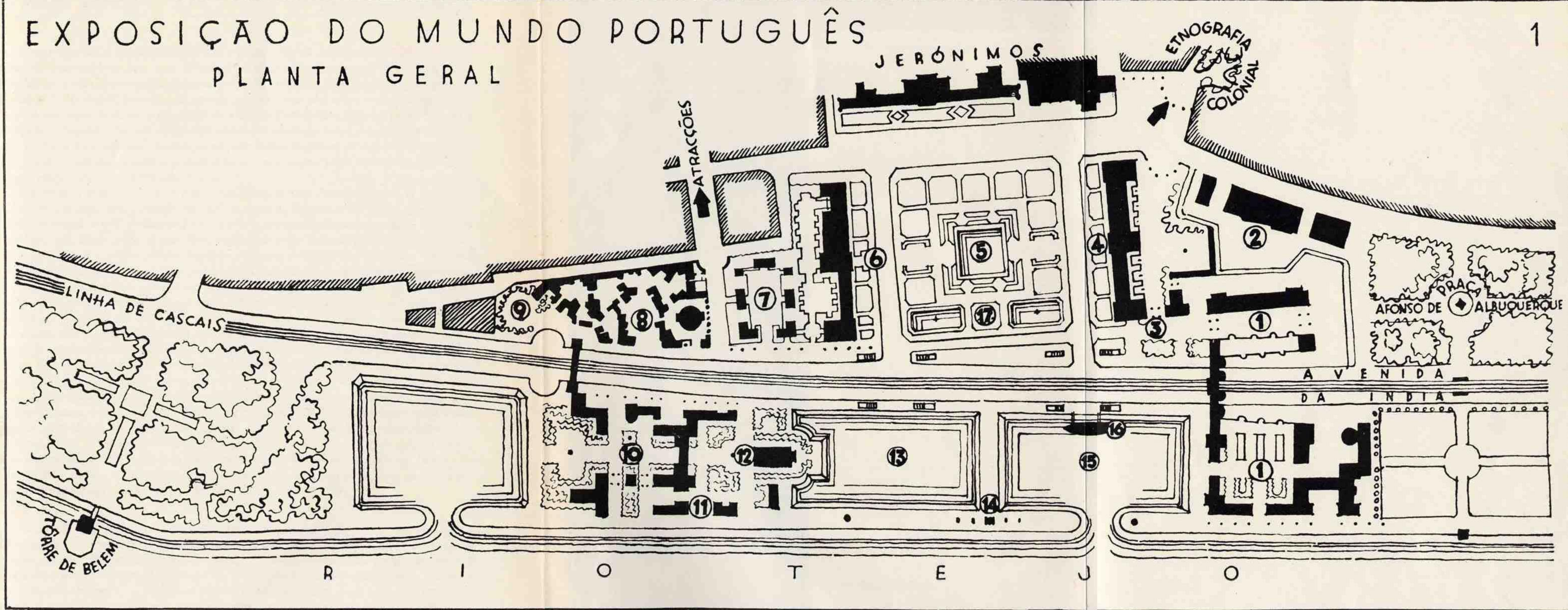
Na concepção do programa da Exposição procurei não esquecer qualquer destes aspectos: não esquecer que Portugal representa a mais alta e gloriosa civilização atlântica, civilização integral pelas suas imensas projecções do espírito em todos os ramos da Acção e da Cultura.

A civilização portuguesa é essencialmente uma civilização de *expansão*: grande, sempre que o Destino a integrou na sua função histórica que é muito mais universal que nacional. O nosso génio é um génio de irradiação. Daí provém o nosso cosmopolitismo criador e, porventura, os nossos defeitos domésticos. Fomos sempre muito maiores fóra de casa que dentro de casa. Mas isso não impede de reconhecer que a nossa consciência nacional não é apenas feita de conquistas e de evangelizações, mas também ligada à terra, com raízes no solo — e que, se demos uma expressão geográfica nova ao Mundo, também criámos uma maneira de *sentir* nacional. Povo de descobridores, de grandes capitães, de criadores de civilização, mas povo de santos, de poetas, de lavrantes de pedra e de almas. Tal devia ser, quanto a mim, na sua ideação, a Exposição do Mundo Português no desenvolvimento e realização do programa nacional do Chefe do Governo.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

PLANTA GERAL

1



PLANTA GERAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

- 1 — Pavilhões da Secção Histórica. 2 — Lisboa Seiscentista. 3 — Lisboa do futuro. 4 — Pavilhão de festas. 5 — Praça do Império. 6 — Portugal-1940 e Brasil. 7 — Pavilhões da Imprensa, C. T. T., etc.. 8 — Aldeias Portuguesas. 9 — Parque Infantil. 10 — Secção de Etnografia Metropolitana. 11 — Restaurantes. 12 — Teatro. 13 — Espelho de água. 14 — Infante D. Henrique. 15 — Doca. 16 — Nau. 17 — Síntese do Mundo Português.

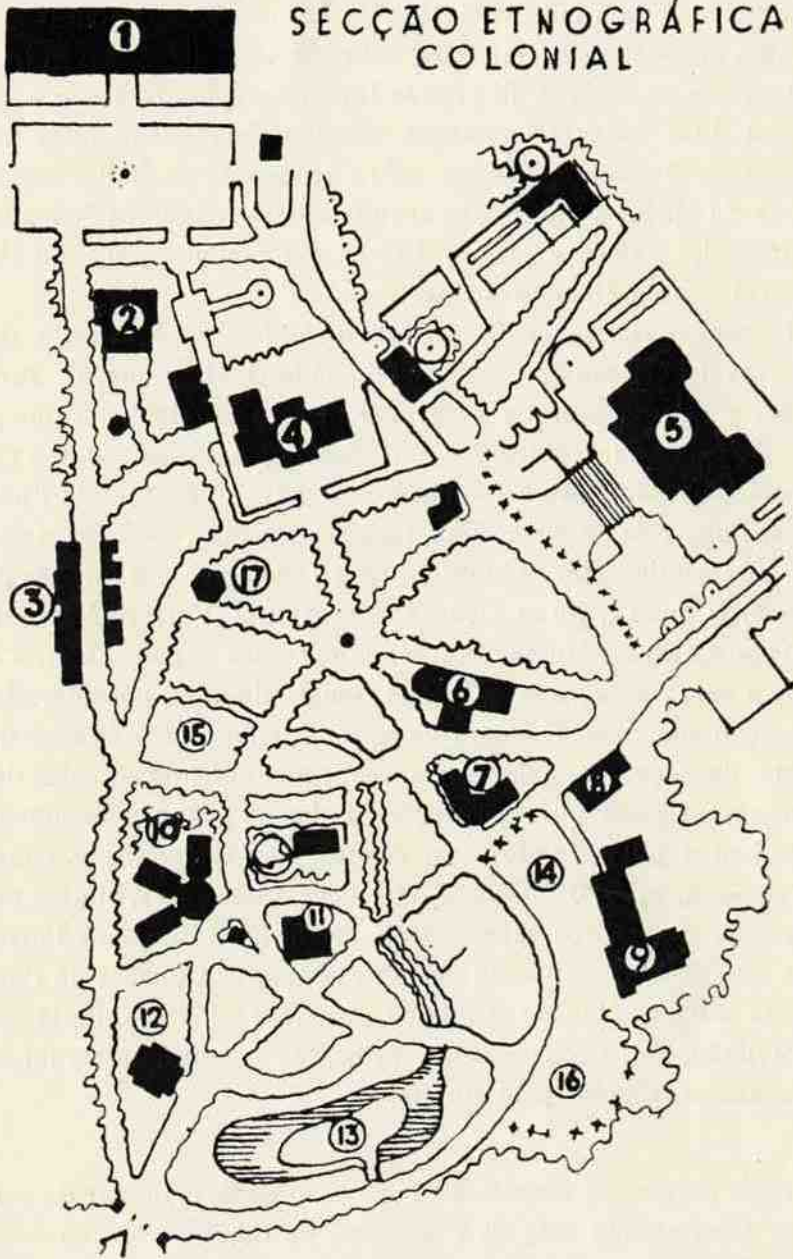
Nêsse espírito, a Exposição de 1940, realizada entre os Jerónimos e o Tejo, tendo por limites, quasi simbólicos, dum lado, a estátua de Afonso de Albuquerque, do outro, a Torre de Belém, terá uma grande porta marítima, sobre o rio, donde se avistará a figura colossal do Infante D. Henrique. A estátua do grande Infante projectará sobre o céu um imenso facho luminoso com duas palavras somente «Mundo Português», lidas no espaço, como a nossa própria história. Do lado de Lisboa, sobre a Avenida da Índia, nessa altura transformada, a «Porta da Fundação», concepção architectónica magnífica do notável architecto Continelli Telmo, notável, manda a justiça dizê-lo, em qualquer parte do Mundo. Do lado de Cascais, outra porta — a da «Restauração».

Confinando com a «Porta da Fundação», o *Palácio da Fundação*, onde se procurará dar a visão histórica da criação de Portugal: o conde D. Henrique, D. Teresa, a estátua de Afonso Henriques, a sala consagrada a Ourique, a reconstituição em «maquette» da tomada de Lisboa, etc. Duas grandes muralhas, encimadas pelas estátuas dos reis fundadores — a primeira dinastia — prolongarão o Pavilhão. A seguir ao Palácio da Fundação, o *Palácio da Independência*. Depois de se dizer, em imagens animadas, *como se fundou a Independência*, procurar-se-á exprimir *como se manteve essa Independência* através de oito séculos de história: 1383-1385, D. João I, Nuno Alvares, Aljubarrota, Valverde, João das Regras; 1640, Ameixial, as Linhas de Elvas, Montes Claros, as invasões napoleónicas, a Guerra Peninsular — e, por fim, a sala consagrada à Grande Guerra de 1914, considerada ainda como um esforço de afirmação nacional. E seguir-se-ão os Pavilhões dos *Descobrimientos* (reproduções de caravelas, de naus, dos galeões, Sagres, rotas marítimas, salas de cartografia, em que se reunirão em original ou reproduções todos os grandes documentos cartográficos portugueses espalhados pelo Mundo); — o *Pavilhão da Colonização*, consagrado à expansão, à conquista e à ocupação; o *Pavilhão da Propaganda da Fé*, síntese evocativa da evangelização portuguesa, do esforço missionário, da história cristã de Portugal; o *Pavilhão dos Portugueses no Mundo*, marcando tôdas as pègadas históricas de Portugal, Marrocos, Costa Ocidental da África, Mar do Atlântico, América do Norte, Índia, China, Japão, etc. Anexo a êsse Pavilhão, outro consagrado à projecção portuguesa actual, aos núcleos e influências portuguesas espalhados pelo Mundo.

O Brasil terá, porém, na Exposição, como não poderia deixar de ser — e foi desde o início marcado e determinado pelo sr. Presidente do Conselho — a sua significativa representação especial. Haverá um Pavilhão consagrado à descoberta, fundação portuguesa e à monumental acção histórica de Portugal no Brasil. Um segundo Pavilhão dirá a grandeza da civilização brasileira, o seu papel actual, os seus recursos, a sua história. O Governo Português convidou o Brasil a construir ou decorar, êle próprio, êsse segundo Palácio. O Brasil será assim, se aceitar, como esperamos, o convite, a única nação que colaborará connosco, numa representação da sua própria iniciativa, na Exposição de 1940.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

SECÇÃO ETNOGRÁFICA COLONIAL



2

PLANTA DA SECÇÃO ETNOGRÁFICA E COLONIAL

1 — Matérias primas, caça e turismo. 2 — Índia. 3 — Macau. 4 — Estufa.
5 — Angola e Moçambique. 6 — Restaurante. 7 — Arte Indígena. 8 — Curadoria.
9 — Missões católicas. 10 — S. Tomé, Cabo Verde e Timor. 11 — Casa de
S. Tomé. 12 — Guiné. 13, 14, 15 e 16 — Aldeias indígenas. 17 — Casa do Chá.

Um Pavilhão será consagrado às *Artes, Ciências e Letras*, com a Sala de Honra dedicada aos «Lusíadas»; outro consagrado à «Imprensa» e ao «Turismo». E, finalmente, um grande Palácio, que constituirá um dos lados monumentais da «Praça do Império», em frente dos Jerónimos, representará *Portugal-1940*, isto é, a projecção no Presente dos oito séculos de história que a Exposição comemora. Essa realização será confiada á incontestável competência do Secretariado da Propaganda Nacional.

«Lisboa» terá o seu Pavilhão, organizado sob a direcção dos «Amigos de Lisboa». Será a visão da Lisboa do passado e da Lisboa do presente. Uma antevisão da Lisboa futura coroará a Exposição. Através dela o público poderá contemplar uma enorme «maquette», em relêvo, da Lisboa de amanhã, novo cais aéreo da Europa, praia do Ar do Ocidente. Ver-se-ão os aviões que partem para tôdas as partes do Mundo, desenhando no ar o seu trajecto luminoso. Essa imagem será o complemento do outro «Pavilhão Central», colocado á frente da «Praça do Império», contendo a Grande Esfera, que representará o nosso Mundo Histórico, sulcado por tôdas as viagens históricas portuguesas, traçadas em luz.

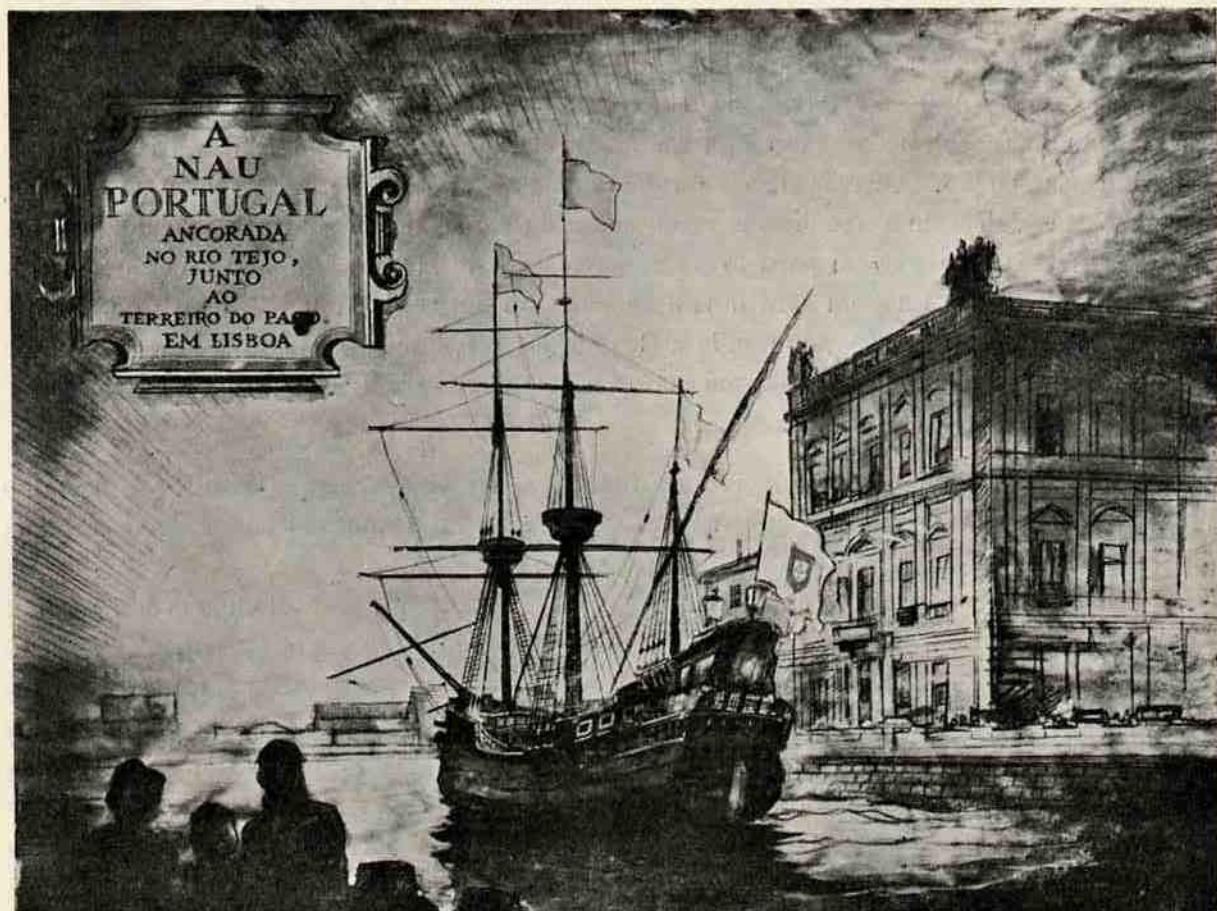
Apoiado aos flancos do «Palácio da Fundação», procuraremos reconstituir — trabalho confiado a Gustavo de Matos Sequeira — a Casa de Santo António — homenagem ao mais universal dos portugueses e ao Santo de Lisboa.

A Poesia Portuguesa — expansão lírica imortal da raça — será dedicado um jardim: o «Jardim dos Poetas». Êsse jardim será animado pela reprodução plástica através do azulejo, do mármore, da água e das flôres, das grandes criações poéticas da Literatura Portuguesa: a «Menina e Moça», a «Fonte dos Amores», a «Mofina Mendes», a «Joaninha dos olhos verdes», o «Campo de Flôres», etc. Não distante do «Jardim dos Poetas», a «Avenida dos Heróis» — com as estátuas das grandes figuras da História Heróica de Portugal.

Uma das curiosidades e atracções da Exposição será certamente representada pela reconstituição, nas suas dimensões e na sua admirável decoração, de uma das antigas naus comerciais da Carreira da Índia — trabalho feito sob a direcção histórica e erudita do comandante Quirino da Fonseca e a direcção artística de Leitão de Barros e Martins Barata. Essa nau, fundeada no Tejo, na doca da Exposição, será aberta ao público; nela haverá salas de festas, dois grandes restaurantes, um dos quais de luxo, onde se poderá jantar sôbre o rio iluminado, diante dum dos mais belos panoramas do Mundo — e donde os nossos visitantes poderão participar nas festas marítimas, que constituirão uma das atracções de 1940. A construção da nau, de acôrdo com o sr. Ministro do Comércio, far-se-á por forma que, finda a Exposição, ela poderá ser utilizada como mostruário da propaganda industrial e comercial portuguesa.

A Exposição Histórica Portuguesa será completada por duas grandes secções: a *Etnografia Metropolitana*, realizada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, e a *Etnografia Colonial*, que está sendo organizada pelo talento realizador e pela experiência incon-

testável do capitão Henrique Galvão. Esta secção colonial da Exposição estenderá a reconstituição das suas aldeias africanas, a reprodução de uma rua de Macau, a demonstração das nossas culturas e dos nossos costumes coloniais, etc., pela soberba decoração do Jardim



A NAU PORTUGAL, ANCORADA NO RIO TEJO, JUNTO AO TERREIRO DO PAÇO, EM LISBOA

Colonial, cedido à Exposição pelo Ministro das Colónias. Pela primeira vez se realizará na Europa uma visão completa da «Etnografia Colonial».

A secção *Etnografia Metropolitana* ocupará um dos flancos do terreno da Exposição, do lado poente. Além do Pavilhão dedicado à história etnográfica portuguesa, à história do traje, da ourivesaria, do barro, das indústrias populares e regionais portuguesas, etc. — a secção etnográfica reconstituirá um grupo de aldeias dos diferentes tipos das nossas províncias, uma feira do Norte com o seu pitoresco e a sua vida mercantil, festas do campo, etc. A realização desta parte interessante da Exposição, verdadeiro álbum português, debaixo

da direcção de António Ferro, admirável realizador da nossa participação na Exposição de Paris e que acaba de ter nos trabalhos preparatórios do nosso Pavilhão de Nova York mais um êxito da sua competência e das suas admiráveis faculdades criadoras, caberá à propaganda nacional, tendo como colaboradores Francisco Lage e a equipa de artistas que o acompanham. E' claro que a realização, quer da parte etnográfica colonial, quer da etnografia metropolitana, é feita como todos os mais trabalhos da Exposição, sob a orientação do Comissariado e a coordenação técnica superior do engenheiro e architecto-chefe responsáveis pela harmonia geral de todos os trabalhos.

Haverá igualmente um «Parque de Atracções», um teatro, que será simultâneamente um pavilhão consagrado a exhibições de flôres, de frutos, de paisagens portuguesas, uma sala de cinema e vários restaurantes para todos os preços. Teremos um «Parque Infantil» para recreio das crianças, cujas famílias visitem a Exposição, um «Parque de merendas», continuando pitorescamente a Exposição até à linda Ermida de S. Jerónimo.

A parte central da Exposição será ligada à margem do Tejo por meio de «passerelles» e passagens subterrâneas. A grande praça em frente dos Jerónimos, que faz parte do plano de urbanização da cidade, será, como disse, o grande átrio da Exposição, animada por fontes luminosas, povoada pela reprodução de alguns padrões comemorativos da projecção portuguesa no Mundo, na Europa, como em África e no Oriente. A realização dêste trabalho imenso só poderá ser levada a cabo, num período evidentemente muito curto, por um núcleo de vontades e de entusiasmos, animados por uma superior fé nacional. Êsse núcleo está formado.

Já me referi ao sr. engenheiro Sá e Melo, ilustre comissário adjunto, cuja inteligência, notável cultura e competência técnicas se consagraram inteiramente à Exposição. O seu auxílio é precioso. Referir-me-ei de novo a Cotinelli Telmo, architecto-chefe, que é um dos mais vivos, construtivos e dinâmicos talentos que me tem sido dado conhecer: espírito de artista e realizador. Em tôrno dêle irão juntar-se, à medida que as necessidades dos trabalhos o impuserem, os nossos melhores architectos, pintores, decoradores e escultores. Já hoje posso contar, unidos em tôrno de mim, numa colaboração incondicional e amistosa, o comandante Quirino da Fonseca, Matos Sequeira, erudito e animador admirável, Leitão de Barros, grande artista e brilhante espírito da Renascença, Rodrigues Cavalheiro, Júlio Caiola que organizou modelarmente a excelente «Exposição de Ocupação», o grupo dos «Amigos de Lisboa», João Ameal, dr. Vieira de Castro, Pereira Coelho, que foi o animador das «Festas da Cidade», etc.

Novamente cito a colaboração preciosa e efectiva de António Ferro e dos seus excelentes colaboradores do Secretariado da Propaganda Nacional. E não me cansarei de sublinhar a cooperação de autoridade comprovada e brilhante, que à Exposição está dando e dará o capitão Henrique Galvão, na realização que lhe diz respeito no conjunto.

Devo referir ainda, com um agradecimento especial, o apoio decisivo e supremo que a Exposição já deve e espera dever ao sr. Ministro das Obras Públicas, empenhado na acção, quasi sobre-humana das obras da cidade para 1940 e de cujo esforço a Comemoração dos Centenários, numa imensa parte, depende. O sr. engenheiro Duarte Pacheco não se tem poupado a fadigas para nos ajudar e sem êle a Exposição não poderia, nem poderá evidentemente, ter o quadro citadino de que necessita.

Empreendimento vasto cujas dificuldades não desconheço, para a realização do qual o tempo escasseia, a Exposição do Mundo Português — é preciso não esquecer — constitue o centro das Grandes Comemorações dos Centenários, obra representada pela grande Comissão Nacional a que preside e a que tem dado o melhor do seu pensamento o embaixador Alberto de Oliveira, a quem muito folgo de prestar homenagem. Todo o imenso trabalho das Comemorações é superiormente coordenado pela actual comissão executiva, constituída pelos meus amigos coronel Linhares de Lima, prof. Reinaldo dos Santos, general Silveira e Castro e o director da Propaganda Nacional, sob a presidência da alta figura portuguesa de Júlio Dantas que está dando ao esforço dos Centenários, com a grande autoridade do seu nome eminente, a actividade da sua superior e enérgica direcção.

Com tôdas estas ajudas e sob o estímulo e o impulso do sr. Presidente do Conselho, espero que a Exposição será uma realidade em Maio de 1940 e honrará Lisboa e Portugal. País de recursos modestos, não podemos evidentemente pensar em ombrear com manifestações que tiveram ou têm, pela riqueza e pela extensão, outro carácter, realizadas em outros países. As exposições que são instrumentos de propaganda e representam (essa é uma das suas funções) verdadeiras mobilizações das capacidades e do trabalho do povo vivem dentro dum quadro social e económico que não convém esquecer. O nosso quadro é modesto, mas tem uma essência nacional que é o seu melhor título. O tempo é extremamente reduzido. Não pensemos, pois em fazer uma Exposição de *quantidade* — mas, sim, de *qualidade* — pela significação, pelo espírito moderno, pela inspiração histórica e artística e pela fé que a deve animar. Creio que o conseguiremos».





PROJECTO DA NAU «PORTUGAL» QUE DEVE FIGURAR NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES

APÊLO FEITO PELO GRANDE ESCRITOR
CARLOS MALHEIRO DIAS
AOS PORTUGUESES DO BRASIL PARA A
COMEMORAÇÃO DO DUPLO CENTENÁRIO
DA FUNDAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO DE
PORTUGAL
1140 — 1640 — 1940

O embaixador Alberto de Oliveira, eminente poeta e diplomata, publicara, em 20 de Fevereiro de 1929, uma carta no *Diário de Notícias*, expedida de Bruxelas ao insigne professor e escritor dr. Agostinho de Campos, com o pseudónimo de «Um Português ausente de Portugal», e na qual chamava a atenção dos leitores dêsse jornal «para uma data que, embora ainda distante, parecia próxima, em face do muito que havia a empreender e a ultimar, para nos tornarmos dignos de comemorar o duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal».

O sr. dr. Alberto de Oliveira, que durante cinco anos trabalhou intimamente com os portugueses do Brasil, como consul geral de Portugal no Rio de Janeiro e como vice-presidente de honra da Grande Comissão Pró-Pátria, quando a comissão central me confiou o encargo honrosíssimo de apresentar à assembleia o projecto da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra, não sonhava então vêr, um dia, em marcha êsse grandioso plano.

Ao semear aquela ideia da comemoração dos dois grandes centenários de Portugal, o antigo consul geral de Portugal, então ministro na Bélgica, depois na Itália e na Santa Sé e, por último, embaixador em Londres, reconhecia, porém, que «no marasmo e depressão em que Portugal então ainda vegetava», seria difícil criar essa obra de fé e de esperança. Todavia, quando tudo lhe parecia impossível, um homem, um chefe, como um verdadeiro rei, com a realza de um genial estadista, intentou e conseguiu «pôr em ordem as nossas finanças, dar vida nova às indústrias, arrancar da estagnação o comércio e adaptá-lo às normas mais modernas e produtivas; fazer da administração pública uma *casa de vidro*, ordenada, limpa e transparente; fazer com que as nossas estradas fôsem transitáveis e modernas e os nossos portos se apresentassem terminados e activos; extirpar do corpo e da alma da Nação a desordem e a anarquia oriental que há tantos anos a invadira; acordar dentro de nós as forças, paralisadas ou degeneradas, da solidariedade cívica, da concórdia

fecunda e o patriotismo activo e eficiente ; impôr silêncio às nossas lutas, paixões, ambições e vaidades ; e obrigar-nos a reconhecermo-nos, a todos, réus do mesmo crime de lesa-pátria e a fazermos a promessa de que nos uniríamos num propósito comum de penitência de emenda, de regeneração colectivas...»

O antigo consul geral de Portugal no Rio de Janeiro sonhara tódas essas coisas belas e nobres, mas sonhara-as apenas — mas hoje, Oliveira Salazar, ainda quási desconhecido naquele tempo, realizou o sonho magnífico, e com que tenacidade resoluto, com que trabalho metódico, com que fé «quási miraculosa», com que formidável — embora sereno — esforço ! Hoje, os portugueses do Brasil vão conhecer ainda melhor, nessa comemoração gloriosa, e nesta Europa convulsionada do século XX, como o sr. Presidente do Conselho se consagrou de alma e coração ao engrandecimento de uma Nação de 800 anos, que poucos países igualam em antiguidade e na grandeza dos seus feitos !

Pergunto, como antigo presidente da Federação das Associações Portuguesas, o que é que ésses portugueses do Brasil, onde vivem quatrocentas mil almas, e das melhores que tem Portugal na sua dedicação patriótica, oferecerão, como permanente vínculo à Pátria, nas festas do Duplo Centenário ?

O Chefe do Govêrno encontrou, para a sua grande iniciativa, o aplauso unânime de todos os portugueses. Todos os organismos culturais e económicos, como tódas as fôrças vivas da Nação, pelo seu patriotismo, pelo seu espírito progressivo e pela sua disciplina, aceitaram com alvoroço tudo quanto vai servir para dar novo alento às energias do povo português e demonstrar ao Mundo o seu decidido propósito de se mostrar digno da gloriosa herança que recebeu.

Não tem ainda a colónia portuguesa do Brasil, no momento presente, elementos para definir a sua colaboração naquelas solenidades. Mas é urgente que torne público o seu propósito de lhes dar o seu mais activo concurso.

O Govêrno Português nada pediu aos portugueses do Brasil, mas, como o que se vai fazer é pela honra e glória da Nação e de Portugal, serão os próprios portugueses do Brasil que não deixarão de querer participar dessa honra e dessa glória.

Na série de planos organizados pelo Presidente do Conselho, com um poder realizador que vai afirmar-se num notável conjunto de melhoramentos «que elevarão Lisboa ao nível do impulso progressivo que o Estado Novo imprime a todo o Império», considera-se a resolução do problema do Parque Eduardo VII.

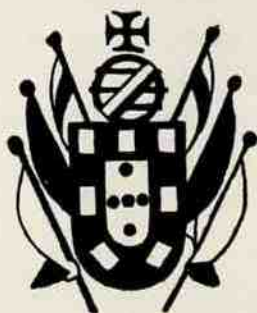
Permito-me, pois, lembrar aos portugueses do Brasil que, conforme já há anos foi sugerido para outra oportunidade, ofereçam à cidade de Lisboa, na situação admirável do Parque Eduardo VII, *um grandioso Arco de Triunfo*, como o da praça da Estrela, em Paris. Aquela situação dominaria o Castelo de S. Jorge (que deve dominar espiritualmente o País, como acrópole sagrada e lugar eleito de peregrinações patrióticas), o estuário magnífico do Tejo até à Torre de Belem, envolvendo os monumentos do marquês de Pombal, da Restau-

ração, de D. Pedro IV e o esplendido Terreiro do Paço, em frente do pequeno e belo arco da rua Augusta. Parece-me que essa idea de um gigantesco Arco Triunfal, dominando a cidade inteira e o estuário dos descobrimentos, seria, certamente, digna das comemorações de 1940. Porque não há-de êsse *Arco de Triunfo*, em cujos pilares visiono simbolizadas as duas Pátrias, elevando-se à mesma altura e unidas pela curva de um abraço em que palpita o esforço da expansão atlântica, vir a ser erguido no alto do prolongamento da Avenida da Liberdade, pelos mesmos que são ainda os mais directos representantes dos pioneiros primitivos, que fizeram o descobrimento, a conquista, o desbravamento da terra, a transmissão da civilização, a transfusão do sangue português, no sangue e na terra fecundíssima do Brasil?

Seria, todavia, indispensável submeter desde já ao Govêrno português o projecto dessa obra e encetar os trabalhos para a sua realização, criando uma grande comissão, à semelhança da «Pró-Pátria», emanada da Federação das Associações Portuguesas, e abrindo uma larga subscrição popular e patriótica por todo o Brasil.

Êste é o momento decisivo para os portugueses do Brasil levantarem no alto do Parque Eduardo VII (se assim o resolverem) aquele Arco Triunfal. Nada de monumentos architectónicos e grandes estátuas, mas as simples e gloriosas inscrições em que se gravem os nomes dos maiores portugueses de todos os tempos. Naquele Arco de Triunfo, nesta hora em que Portugal renasce no Mundo e para o Mundo, os portugueses do Brasil, sem obras excessivas e dispendiosas, poderiam manifestar por maneira vibrante o seu patriotismo, dentro das comemorações que ficarão a assinalar, na História de Portugal, a época prestigiosa em que vivemos.

(Do «Diário de Noticias» de 16 de Maio de 1938)



O SENHOR DE VILA VIÇOSA

Podia ter continuado em Vila Viçosa, no *dolce farniente* da sua existência de sibarita, no luxo, na quietação, nos encantos da tapada e do Palácio ducal. O seu temperamento aconselhava-lhe até essa solução cómoda: — a sedução da música, o prazer da caça, o gosto pelas obras de arte e pelas fantasias amorosas inclinavam-no a uma vida larga de príncipe sem cuidados, cioso, sim, do lugar proeminente que lhe competia no armorial do reino, mas liberto inteiramente das responsabilidades tremendíssimas da governação. Sabia, no entanto, que os olhos e o coração de todos os portugueses que anciavam pela restauração da Independência se dirigiam para êle, aguardando o gesto libertador que lhes permitisse aclamarem-no Rei, como natural sucessor do *Encoberto* e encarnação viva das esperanças alimentadas em mais de meio-século pelos visionários da religião sebástica. Não hesitou no caminho a seguir, — e, antes que a Pátria triunfasse do usurpador, necessário foi que D. João vencesse o seu demónio interior e voluntariamente se afastasse da estrada ampla e macia que o destino lhe escancarava desde o berço. Com razão, por isso, êle afirmava: — «Para me fazer Rei necessitou Deus de trabalhar com ambas as mãos: com uma tapou-me os olhos, com outra trouxe-me pelos cabelos».

Não é inteiramente certo que em 1633 — poucos anos depois da morte de D. Teodósio, seu pai — encontremos já D. João envolvido em intrigas conspiratórias contra o domínio castelhano. A missão de Voiture em Lisboa está ainda por esclarecer, pois a sua correspondência pouco mais nos fornece do que notas literárias dum turista de visão fina e dum enamorado que sabe apreciar os encantos femeninos dêste «país de marmelada». A ante-visão do 1.º de Dezembro é êle, todavia, quem no-la dá, desabusadamente e sempre saúdoso do salão da Rambouillet, ao fazer-se éco do desespero nacionalista da Madeira. Mas é tudo vago, impreciso ainda, — sete anos mais se passariam antes que soasse a hora das profecias.

Em 1635 — convem fixar o episódio — dá-se com a viagem de D. João a Evora um passo largo no caminho da libertação. Sente-se claramente que o Duque começa a auscultar a opinião pública e a reunir elementos para a batalha. Essa visita ao Marquês de Ferreira, a pretexto de o felicitar pelo seu segundo casamento, teve um significado político que tem escapado a quási todos os historiadores. E, no entanto, o que nessa altura se passou na capital alentejana mostra até que ponto os espíritos estavam preparados para o acto libertador. Os tumultos do *Manuelinho*, dois anos depois, são o corolário fatal das homenagens régias que na Sé e na Universidade se prestaram ao neto de D. Catarina. A prudência de D. João foi aí posta à prova, pois não consta que, ao contrário do que havia acontecido com seu pai, tivesse enviado fôrças a combater os portugueses revoltados. Dos motins de 1637 conseguiu sair limpo, sem mancha de sangue irmão a perturbar-lhe a consciência.

E' a época em que Richelieu inicia, através de agentes secretos, as suas manobras

aliciadoras. Olivares sente o perigo e sucedem-se, por isso, as tentativas para inutilizar o Duque de Bragança. De tôdas elas D. João se livra airoosamente e até com o prestígio redobrado. A inspecção das praças de guerra permite-lhe avaliar o estado de defesa do reino e as condições de resistência castelhana perante um levantamento dos portugueses; a visita a Almada põe-no em contacto com os principais elementos da conspiração que se esboçava. As primeiras ligações revolucionárias ficam feitas e foi o Conde-Duque quem as facilitou.

O levantamento da Catalunha dá maior consistência à conjura, que, todavia, caminha cheia de irresoluções. A parte mais sólida dessa teia ardilosa tem-na D. João nas mãos: — é a ligação com os espiões do Cardial francês, que, num vai-vem contínuo, não se cansam de acenar com promessas sedutoras. Os fidalgos dos conciliábulos secretos de Xabregas, de S. Domingos e da Sé (o alto e baixo clero aderira na sua quasi totalidade e facilitára, com a interpretação joanina das profecias, o caminho para a elevação ao trôno do Senhor de Vila Viçosa) ignoravam êsse misterioso fio conspiratório que saía do Paço ducal e se ia perder, por vezes, em moínhos misteriosos de Montmartre, nas mãos de judeus rapaces, mas hábeis colaboradores da boa causa.

Entretanto, em Madrid tem-se conhecimento completo do que se preparava. Estamos em fins de Novembro de 1640 e urge tomar uma resolução definitiva, sob pena de se perder para sempre, com a prisão ou o exílio do Duque, a única esperança da libertação. Porque nessa altura já todos os conjurados sentem que só D. João pode ser Rei e que eram illusórias as tentativas de proclamarem uma República ou de collocarem a corôa na cabeça de qualquer candidato de ocasião. E' o momento mais difícil da conspiração. O desânimo invade os mais decididos e — coisa inacreditável para os que se habituaram a vêr a figura do Duque através ou dos panfletos encomendados por Olivares ou das páginas falsificadas dos pseudo-historiadores do século passado — é o Senhor de Vila Viçosa quem solenemente intima os fidalgos de Lisboa a cumprirem o que haviam prometido, sob pena de se revoltar sózinho com os povos do Alentejo. Mais do que as frases de efeito atribuídas a D. Luiza de Gusmão, a esquadra do Arcebispo de Bordéus e a adesão do Bispo de Elvas não deviam ser alheias a estas palavras firmes.

A capital resolve-se, então, a agir, e, depois de ordens e contra-ordens da última hora, os conspiradores arrancam bravamente. Ardendo de impaciência, D. João solta nos seus domínios o grito libertador ainda antes de chegarem as primeiras notícias do acontecimento. E, conhecido o triunfo revolucionário, põe-se a caminho de Lisboa, quasi sem escolta, no desejo irresistível de bem-servir.

E' então que o *dilettante* de Vila Viçosa nos mostra claramente a têmpera da sua alma rija. Durante dezasseis anos de reinado, vêmo-lo, por entre dificuldades e perigos que fizeram do seu govêrno o mais espinhoso de tôda a história nacional, manter-se num aprumo digno e corajoso, enfrentando tôdas as contrariedades e revezes, sem perder a fé num futuro melhor. O bom-senso do soberano, o seu espírito de organização, que gostava de des-

cer aos mais apagados pormenores, o tacto diplomático que a todo o momento desenvolvia no interior e no exterior do reino contribuíram decisivamente para que o espírito do 1.º de Dezembro se enraizasse com segurança. E o seu nobre exemplo de sacrifício pessoal a favor das despesas da guerra criaram-lhe uma atmoféra de carinhoso respeito que só mentalidades obcecadas têm dificuldade em encontrar nos testemunhos contemporâneos.

Ao ditar as palavras célebres do seu testamento, e que são a melhor legenda para o seu perfil simpático porque são o mais fiel retrato da sua psicologia, D. João IV evocou certamente os anos descuidados que em Vila Viçosa viveu e não deixou de os comparar com a atribulada existência que a salvação do reino lhe impôs. Mas a sua consciência de cristão sentiu-se liberta de apreensões, porque tendo encontrado Portugal arruinado e cativo, legava a seus filhos e aos portugueses uma Nação bem diferente da que havia recebido na «manhã pura e alegre» — uma Nação já preparada para resistir às ofensivas do inimigo, com exército, com fortalezas, com recursos financeiros, com as colónias salvas, com diplomatas, com alianças e ligações externas, — e com o imortal génio da Independência, que fôra o único amparo nos anos do domínio estrangeiro, remoçado e audaz, como se de novo soprasse, de norte a sul da Pátria, a inspiração gloriosa da tarde de Aljubarrota e dos sonhos que acompanharam as primeiras caravelas henriquinas.

RODRIGUES CAVALHEIRO





EL-REI D. JOÃO IV — GRAVURA DE BALTAZAR MONCORNET

(Da colecção do Sr. Dr. Artur Gomes de Carvalho)

O DUPLO CENTENÁRIO DE 1940

Uma das manifestações mais importantes e expressivas com que Portugal vai comemorar, em 1940, o oitavo centenário do seu nascimento como Nação e o terceiro da restauração da sua independência, paralizada durante os 60 anos em que o trono de Portugal foi ocupado pelos Filipes de Castela, consiste na realização duma Exposição do Mundo Português, onde se agrupem, tão completamente quanto seja possível, todos os sinais e vestígios, ainda hoje existentes em território nacional ou estrangeiro, da nossa obra de descobrimento, de conquista, de emigração e colonização, de evangelização cristã, de penetração política, de expansão económica, numa palavra, tôdas as nossas incansáveis pègadas pelo mundo, das quais a primeira foi a tomada de Ceuta.

Não há nação na Europa que tenha sido e se mantenha mais universal e cujo dom de ubiqüidade se revelasse, através dos séculos, com mais tenacidade e vigor. Ainda hoje se pode afirmar que não há, fora do continente europeu, um recanto da Terra onde não vivam e trabalhem Portugueses, ou onde se não encontrem os rastos da sua passagem, e êsse facto contrastou sempre prodigiosamente com a exigüidade da nossa população.

A empresa quãse sôbre-humana dos Descobrimentos patenteou-nos em breve prazo tôdas as partes do mundo, e a tôdas acorremos como missionários, como guerreiros, como marinheiros, como comerciantes, como colonos. Na Ásia foi a língua portuguesa a primeira da Europa que os restantes Europeus tiveram de aprender para entrarem em contacto com os indígenas, e dela ficaram por lá duradouros vestígios. Ceilão ainda hoje tem mais de meio milhão de católicos, muitos com apelidos nossos, graças à nossa acção missionária. S. Francisco Xavier, espanhol ao serviço inteiro de Portugal, sepultado em Gôa, continua a ser objecto de ardente veneração por parte de todo o catolicismo asiático. Graças ao padroado que fundámos no Oriente, a nossa soberania espiritual mantém-se em muitos territórios que deixaram de ser portugueses. O cemitério de Pequim está cheio de túmulos nossos. As mais belas antigüidades de Marrocos e da Etiópia são portuguesas. O litoral africano foi todo explorado e assinalado por nós, e não há ilha ou pôrto no Atlântico sul de que não tenhamos sido, se não donos, pelo menos padrinhos, dando-lhes os nomes por que ainda hoje se conhecem. Além do Brasil, integral criação nossa, e do Uruguai, que ocupámos e despertámos para a civilização, tôda a América ibérica nos recorda por mil factos, alguns recentes, da sua história. E no Extremo-Oriente, como na Oceânia, hasteia-se ainda a bandeira lusitana em territórios de que conservamos o domínio.

Como era natural à Nação que desde o século XV ficou sendo mais atlântica que europeia, foi menor a sua irradiação e emigração na Europa: mas nem por isso se fêz sentir menos a nossa influência em certo período. Basta recordar a qualidade e número de professores portugueses que ilustraram algumas das mais famosas universidades europeias. Basta

mencionar a feitoria de Antuérpia, que foi o nosso entrepôsto continental e o maior motor da riqueza e prosperidade daquela cada vez mais opulenta cidade flamenga. Basta estudar as conseqüências económicas e culturais da emigração forçada dos judeus portugueses para Bordeus, para Amsterdão, para Hamburgo, para a própria Antuérpia, onde logo colaboraram activamente nos progressos dêsses grandes centros económicos. Os arquivos, bibliotecas e museus de Paris, Londres, Bélgica e Holanda, conservam preciosos documentos relacionados com a história de Portugal, retratos de grandes figuras que nela se ilustraram, outras obras de arte que nos dizem respeito, quer pelos seus autores, quer pelos seus temas. O mesmo sucede com os arquivos e colecções artísticas do Vaticano.

Trata-se agora, não só de fazer o inventário minucioso de tudo quanto no mundo evoca ainda Portugal, mas de trazer, à exposição de Lisboa, o original, quando seja possível, e ao menos a reprodução fotográfica, ou em «maquettes», ou a cópia, dos monumentos, obras artísticas e arqueológicas, documentos importantes, que em qualquer parte sejam atestados da nossa acção e tantas vezes padrões da nossa glória.



unum ex .iiii. animalibus dicens sic uo
 cetur thronum. Veni et uide. Et
 ex equis albus. et qui sedebat sup
 eum: habens arcum. et data est ei
 corona et exiit uincens ut uincat.
 Et cum apuisti; sigillum scdm: au
 diui scdm animal dicens. Veni et
 uide. Et exiit alius equus rufus: et
 sedenti sup eum: datum est ei tollere
 pacem de terra: et ut inuicet se occi
 derent. et datus est ei gladius mag
 nus. Et cum apuisti; tunc scdm
 audiui tunc animal dicens. Veni
 et uide. Et exiit equus niger: et qui
 sedebat sup eum habebat in ma
 nu sua statera. Et audiui uocem
 de medio .iiii. animalium dicens.
 Balaam et cetera denario. Et tres bi
 bres ordi denario. Vini et olei
 ne lesent. Et cum apuisti; quartum signi
 lum: audiui quartum animal dicens.
 Veni et uide. Et exiit equus pallidus
 et qui sedebat sup eum: non erat il
 li mors. Et inferni sequentur eum: et
 data est ei potestas sup quartam par
 te terre et inuenit gladio. fames et mor
 te: et bestis terre. fuge ystoria(m).
 Incipit explanatio in libro .iiii.
 super que ystoria. Explanatio de quo
 Galbo



LEGISLAÇÃO

O Castelo de S. Jorge — o mais antigo monumento de Lisboa —, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso património de glórias, merece incontestavelmente que se dignifique, desafrentando-o de malefícios constructivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos. Nêle pousaram, deixando, com o sinal da sua arte construtiva, a recordação dos seus feitos, fenícios, romanos, árabes, godos e os primeiros portugueses da conquista. A lenda e a história, tanta vez entretecidas, revestem-lhe os muros veneráveis e, como em nenhum outro, paira sobre êles uma auréola de prestígio histórico.

Perdida a sua função militar, esvaziado da côrte, que ali teve a sua residência, tornado sucessivamente em paço dos alcaides-mores de Lisboa, presídio e quartelamento de tropas, foi-se obliterando o seu aspecto, alterando a sua *facies* monumental e, absorvido por construções sem estilo nem carácter, chegou aos nossos dias totalmente trasmutado e quasi irreconhecível.

O Governo da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, reunidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em tôda a sua expressão militar, numa tentativa de reposição histórica em que todos os portugueses se vão decerto empenhar, uns com o seu trabalho, outros com o seu conselho e todos com o seu amor pátrio.

Não é fácil a obra. A série de problemas que ela envolve, a complexidade de que se reveste, o interesse nacional que possui são tudo razões para a tentar e fontes de energia para a realizar. O Governo, cónscio de que cumpre um dever nacional e de que nesta reintegração vai levantar o melhor monumento à memória de D. Afonso Henriques, intenta-a, contando de antemão com o aplauso do País.

Os problemas jurídicos levantados pelas posses legítimas e ilegítimas dos edifícios e terrenos pertencentes aos recintos civil e militar do Castelo de S. Jorge, os problemas de história e de arqueologia que existem e que irão evidenciar-se durante os trabalhos de demolição das obras dos séculos XVII e

XVIII e no decorrer da reintegração das muralhas e tórres, os de engenharia que se tornará necessário ter na maior atenção para a segurança das construções e para a demarcação do terreno circundante a estabelecer como zona de protecção, os de ordem artística que visam aos estílos, às perspectivas e aos panoramas, os de turismo que há que considerar para exposição, propaganda e aproveitamento económico da obra e ainda o problema de um acesso fácil e rápido ao monumento assim dignificado terão de ser estudados com cuidado, proficiência e dedicação exemplares, ao lado de outros muitos que acessoriamente hão-de aparecer nos indispensáveis trabalhos de urbanização a efectuar para o enriquecimento turístico dos recintos civil e militar do monumento.

Houve de começar-se por ordenar a execução da planta rigorosa e pormenorizada da extensa e acidentada zona abrangida pelo Castelo de S. Jorge, com a sua emaranhada teia de vielas e construções de tôda a natureza, muralhas e socalcos, trabalho êste agora concluído.

Isto pôsto e atendendo à urgência e à necessidade de realização dos estudos preliminares indispensáveis e das obras preparatórias essenciais para que sobre os ensinamentos colhidos se possa elaborar um plano definitivo de reintegração e urbanização do Castelo de S. Jorge:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que tais estudos e trabalhos sejam feitos, orientados ou dirigidos por uma comissão constituída pelo director geral dos edifícios e monumentos nacionais, engenheiro Henrique Gomes da Silva, como presidente, e pelos vogais engenheiro arqueólogo Augusto Vieira da Silva, architecto Baltazar da Silva Castro, arqueólogo Gustavo Adriano de Matos Sequeira, engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira, architecto Joaquim Santiago de Areal e Silva e licenciado em direito José Maria de Albuquerque da Costa Brandão.

O director geral dos edifícios e monumentos nacionais proporá o que julgar necessário para que a comissão sejam dados os meios necessários ao desempenho da sua missão e promoverá que até 30 de Novembro de 1938 seja apresentado ao Governo um relatório sobre as grandes linhas do plano de obras a realizar.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações

29 de Agosto de 1938. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, nomear, com fundamento no artigo 6.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro último, presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal o dr. Júlio Dantas, vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa e presidente da respectiva Secção de Letras, nos termos do n.º 3.º do artigo 3.º do mesmo decreto-lei, directores das Secções da Comissão Nacional dos Centenários: das de «Congressos» e «Festas e espectáculos», o dr. Júlio Dantas; da de «Manifestações cívicas, históricas e religiosas», o coronel Henrique Linhares de Lima, e da de «Turismo», o brigadeiro Manuel da Silveira e Castro; nos termos do artigo 18.º, director da secção de «Exposições de arte», o dr. Reinaldo dos Santos, presidente da Academia Nacional de Belas Artes, e, nos termos do § 2.º do artigo 5.º, director da secção de «Propaganda e recepção», António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional.

Presidência do Conselho, 5 de Novembro de 1938. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

DECRETO N.º 29.289

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto n.º 24.914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 60.000\$00, destinado a ocorrer a despesas a efectuar pela Academia Portuguesa de História com a Comemoração dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, devendo a mesma importância constituir o n.º 3.º do artigo 445.º-D do capítulo 3.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, sob a rubrica de «Remunerações aos directores, reductores, seus auxiliares, cópias, etc.».

Art. 2.º — É anulada a importância de 60.000\$00 no n.º 4.º do artigo 6.º do capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças aprovado para o ano económico de 1938.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18.381, de 24 de maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Dezembro de 1938. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, nomear, com fundamento no artigo 13.º do decreto com força de lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do corrente ano, commissario geral da Exposição do Mundo Português, das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, o dr. Augusto de Castro, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe.

Presidência do Conselho, 26 de Dezembro de 1938 — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

DECRETO-LEI N.º 29.421

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É o Governo autorizado a aprovar, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o protocolo adicional ao contrato celebrado entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas Gaz e Electricidade, nos termos do decreto-lei n.º 25.726, de 9 de Agosto de 1935, que baixa assinado pelo mesmo Ministro.

Art. 2.º — O referido protocolo, depois de assinado pela Câmara Municipal de Lisboa, e pelas Companhias Reunidas Gás e Electricidade, fica fazendo parte integrante do citado contrato.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Fevereiro de 1939. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

O protocolo a que alude este decreto é assim redigido:

I — As Companhias Reunidas Gás e Electricidade construirão uma nova fábrica de gás nos terrenos conquistados ao Tejo na Matinha, em substituição da remoção da fábrica de gás de Belém prevista na base 1.^a do contrato celebrado em 28 de Agosto de 1935 entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e aquelas Companhias.

II — Os trabalhos em execução e a realizar para efectivo cumprimento do contrato e presente protocolo deverão ficar concluídos até Maio de 1940.

III — Em substituição das obrigações constantes da alínea *d*), §§ 1.^o e 2.^o da base 3.^a do contrato, a Câmara Municipal de Lisboa ficará com os seguintes encargos:

a) Ligação dos gasómetros da Quinta da Matinha à rede de distribuição de Lisboa, incluindo canalizações de aço de trezentos milímetros em dois percursos: Matinha-Terreiro do Paço e Matinha-Rua de S. Sebastião da Pedreira, um posto de compressão e três de redução. Estes trabalhos serão feitos pelas Companhias Reunidas Gás e Electricidade, por conta da Câmara, ao preço do custo, devendo, porém, o Município fazer directamente a aquisição da tubagem, e bem assim a aparelhagem destinada aos postos de compressão e redução e colocar todo este material no local dos trabalhos em tempo apropriado para a execução das obras.

A Câmara efectuará os pagamentos correspondentes aos trabalhos executados por situações trimestrais vencidas, devidamente conferidas por delegados seus e das Companhias Reunidas Gás e Electricidade.

b) Mudança de dois gasómetros de Belém para a Matinha.

Esta mudança será feita pelas Campanhias Reunidas Gás e Electricidade, por conta da Câmara, à razão de 1.325.000\$00 por cada gasómetro transferido.

As Companhias Reunidas Gás e Electricidade po-

derão desistir da montagem dos antigos gasómetros na Matinha e montar gasómetros novos junto da fábrica a construir.

Em qualquer das soluções previstas para a montagem dos gasómetros a Câmara pagará às Companhias Reunidas Gás e Electricidade a importância fixada de 1.325.000\$00 por cada gasómetro, em três prestações: a primeira, após a execução das fundações; a segunda, após a montagem do reservatório de cada gasómetro; a terceira, depois da conclusão da montagem.

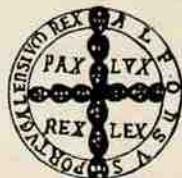
No caso de desistência por parte das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, da montagem dos antigos gasómetros, a Câmara reserva-se o direito de caucionar a terceira prestação da montagem do segundo gasómetro até as referidas Companhias terem demolido os dois gasómetros existentes em Belém.

IV — O transporte dos materiais da fábrica de Belém, susceptíveis de aproveitamento na nova fábrica, será feito com a assistência de um delegado das Companhias Reunidas Gás e Electricidade.

V — O Estado, por intermédio do Porto de Lisboa, construirá na Matinha, até Maio de 1940, uma ponte-cais de descarga e o respectivo acesso aos traplenos da nova fábrica o qual deverá ficar concluído até 31 de Dezembro de 1939. A ponte-cais será construída de maneira a permitir a montagem, pelas Companhias Reunidas Gás e Electricidade, de um sistema mecânico de descarga de carvão, e ficará a uma distância de cem metros da faixa marginal do atêrro para atingir fundos garantidos de seis metros abaixo do zero hidrográfico.

VI — As partes contratantes obrigam-se mutuamente a promover tudo o que fôr necessário para que os trabalhos de transferência da fábrica de gás de Belém para a Matinha estejam concluídos até Maio de 1940.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 2 de Fevereiro de 1939. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.



REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

Referindo-se às Comemorações Centenárias, publicou o «Diário da Manhã» de 28 de Dezembro de 1938 o seguinte artigo de fundo, que gostosamente arquivamos nestas páginas :

«Temos acompanhado com tóda a atenção os trabalhos das Comissões encarregadas de elaborar e executar o programa das Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal. Julgamos, por isso, exprimir a verdade dos factos dizendo que se vai entrar agora no período da maior actividade, pois que a fase dos preparativos silenciosos, em regra não isenta de dificuldades, deve estar a ser ultrapassada. O ano de 1939 será, assim, consagrado à execução das obras necessárias ao êxito do plano das festas já anunciadas para a primavera de 1940.

Não ignoram os homens que aceitaram o honroso encargo de realizar o pensamento do Governô do Estado Novo, que têm postos em si os olhos da Nação cheia de confiança na sua inteligência e boa vontade, e pronta a prestar-lhes tóda a colaboração que fôr necessária. O que o País deseja é que tudo se faça para maior glória da Pátria e do Império e que, por consequência, o objecto das Comemorações se torne, através de tudo, transparente, luminoso, claro como a imagem pura de oito séculos de História no espelho cristalino do nacionalismo português.

Estas Comemorações tiveram o condão de despertar o interesse de todo o Mundo Português, desde a Metrópole às Colónias, desde os núcleos de emigração mais próximos de nós como os do Brasil, aos mais distantes como os das Ilhas Havaí. E' que, de facto, Portugal não é só uma das mais antigas e homogéneas nações da Europa actual, é também um dos povos com unidade moral e política mais sólida, definida e definitiva. Quanto mais afastados se encontram os portugueses da Mãe-Pátria, mais portugueses se sentem, e isso explica o movimento patriótico que, nesta ocasião, os aproxima a todos, ligados pelo mesmo pensamento de exaltação do passado nacional.

Portugal — tem-se dito — não é uma nação pequena. Esta verdade é uma idea-fôrça do nosso nacionalismo. Ressalta viva das páginas da História e está inscrita na geografia de quatro continentes.

Vivem-na os portugueses de hoje com a mesma fé e o mesmo ardor dos portugueses de todos os tempos, desde D. Afonso Henriques a Nuno Alvares e desde D. Henrique a Salazar. A cadeia das gerações é feita da têmpera heróica da raça imperecível e gloriosa, que Camões cantou em língua imortal, o mais poderoso instrumento da unidade e grandeza do Império.

Ora é êste ideal de coesão e de engrandecimento nacional que imprimirá ao plano das Comemorações o carácter de apoteose de oito séculos de História dum povo que forjou a sua espiritualidade e a sua fôrça ao calor da Civilização cristã e dos sacrificios e feitos heróicos que tiveram por teatro tóda a redondeza da Terra. Com sobriedade e sem vanglória, se mostrarão as maravilhas de continuidade do nosso esforço, de maneira que a lição do passado surja clara na paisagem do presente e nas perspectivas do futuro, em encadeamento lógico de factos, de valores e de imagens.

Estamos certos que os homens que se encarregaram da difícil missão de realizar tão patriótico pensamento se desempenharão dela com honra e glória, à altura das suas responsabilidades intellectuais e técnicas, das possibilidades e das expectativas do País. Bem merecem por isso, que o seu esforço seja secundado pela patriótica compreensão e cooperação de todos os portugueses, como, aliás, já se verifica por tóda a parte.»

No «Primeiro de Janeiro», do Pôrto, na sua habitual secção «Quintas-feiras», publicou o eminente académico e ilustre escritor sr. Dr. Júlio Dantas, em 5 de Janeiro do ano corrente, um artigo sob o titulo : «A Exposição do Mundo Português», que a seguir transcrevemos :

«O senhor Presidente do Conselho, a cujo alto e nobre espírito merecem especial interesse as comemorações do ano áureo de 1940, acaba de preencher o lugar que se encontrava ainda vago na Comissão Executiva a que tenho a honra de presidir. O sexto vogal da Comissão, ao qual são especialmente atribuidas as funções de commissário-geral da Exposição do Mundo Português, é um diplomata e escritor insigne, meu querido amigo, que à experiência e ao conhecimento dos grandes meios europeus alia a vivacidade cintilante, a cultura variada, a autoridade intellectual indispensável ao desempenho de tão importante missão. Escrevo o seu nome com o mais

vivo júbilo e a admiração mais sincera: Augusto de Castro. Além de outras individualidades relevantes com cuja valiosíssima cooperação sou especialmente honrado — os srs. coronel Linhares de Lima, engenheiro Silveira e Castro, professor Reinaldo dos Santos e António Ferro, — Augusto de Castro, velho amigo de mais de trinta anos, condescendeu em acompanhar-me na partilha das responsabilidades que sobre os nossos ombros pesam. Dêste lugar o saúdo e lhe agradeço, fazendo votos para que, no exercício das suas novas funções, tenha o máximo de triunfos e o mínimo inevitável de dissabores.

No vasto sistema de actos, solenidades, manifestações e comemorações do Duplo Centenário occupam primordial lugar três números, que constituem a expressão sintética de oito séculos de história: o Congresso do Mundo Português, a Exposição do Mundo Português e o Cortejo do Mundo Português. O primeiro, cujas oito secções funcionam no Pôrto, em Coimbra e em Lisboa, como outros tantos congressos cuja unidade se define no respectivo programa, representa a doutrina; o segundo, com o seu cimeliário paleográfico, iconográfico, cartográfico, etnográfico metropolitano e colonial, constitue a documentação; o terceiro, préstito lampejante de armas, colorido de estandartes, ofuscante de coches reais, ostentação magnífica de todos os valores da raça e de tôdas as raças do império, — realiza a glorificação e a apoteose do nome e do esforço português. Noutros termos: o Congresso, texto da história pátria, tem na Exposição o seu atlas e no Cortejo imperial a sua expressão por imagens animadas, friso deslumbrante susceptível de comunicar ao povo a emoção de oitocentos anos de existência e de glória. Pois bem. Se o Congresso e o Cortejo correm por secções em que directamente superintendo (embora a sua execução haja de ser confiada a competências experimentadas, entre as quais citarei o realizador admirável que é Henrique Galvão), a Exposição do Mundo Português está entregue, na sua visão superior, na sua concepção a um tempo erudita e popular, na sua alta compreensão patriótica, na sua brilhante realização pelo sortilégio das técnicas modernas, ao diplomata, ao acadêmico, ao teatrólogo, ao jornalista, ao homem de letras eminente que é Augusto de Castro.

Encontrou-se realmente o homem necessário, — ia a dizer, o homem providencial. Augusto de Castro dispõe de qualidades de imaginação e de fantasia invulgares; é essencialmente, substancialmente, um animador; possui, pelo seu diuturno contacto com diferentes meios, culturas e actividades estrangeiras — França, Itália, Bélgica, Grã-Bretanha, — a

mentalidade e, o que é melhor, a sensibilidade de um «europeu»; adquiriu, na direcção de um dos primeiros quotidianos de Lisboa, esse sexto-sentido que o exercício do jornalismo cria e desenvolve; e, além da visão espectacular dos acontecimentos e do sentido das vastas perspectivas, indispensáveis ambos a quem organiza os grandes conjuntos e trabalha para as grandes multidões, o nosso antigo ministro em Londres, em Bruxelas, no Vaticano e no Quirinal, diplomata em cuja carreira se sucederam os êxitos e os serviços, instituidor da «Imprensa Latina», autor dessa página magistral sobre o «Sentido da romanidade», que o sr. Mussolini mandou reproduzir por conta do Governo italiano, goza de facilidades que as suas relações nos meios internacionais pessoalmente lhe asseguram e de que lhe advirão, decerto, consideráveis vantagens para o exercício das suas novas funções. Augusto de Castro é, perante o país, mais um fiador do cumprimento integral do programa das festas do Duplo Centenário — a que acabamos de dar a última redacção; — e constitue a garantia de que se fará o possível e o impossível para que a Exposição do Mundo Português abra triunfalmente as suas portas no dia 28 de Maio de 1940.

Haverá porventura quem duvide de que possa realizar-se em dezassete meses um certame de tais responsabilidades. A dúvida é legítima. Um programa tão variado, tão extenso e tão complexo como o dos actos, solenidades e manifestações que há tempo se projectaram sob a presidência prestigiosa de outro diplomata, o embaixador sr. Alberto de Oliveira, carecia, para a sua execução regular e metódica, de quatro anos, pelo menos. Tivemos apenas dois; e, pelo que especialmente respeita à Exposição, perdemos, dêsses dois anos, sete meses. Mas, quando há boa vontade, fazem-se milagres. Procuraremos todos compensar, pela vivacidade dos ritmos, a escassez do tempo. Ao lado de Augusto de Castro, acompanhando-o com talento e com fé nos trabalhos da Exposição do Mundo Português, estão individualidades experientes e competentes, como o comissário-adjunto, sr. engenheiro Sá e Melo, técnico de alto valor, espírito elegante e cultíssimo; o architecto-chefe, sr. Cotinelli Telmo, artista excelente, dotado de penetrante sentido das realidades; os membros da Comissão Nacional, sr. António Ferro, para quem a exposição etnográfica metropolitana é um brinquedo ao pé das suas belas realizações de Paris e de Nova York, e sr. Henrique Galvão, de quem tenho admirado o dinamismo e a visão histórica, e que ainda há pouco nos trouxe, da sua viagem às colónias portuguesas do Oriente, preciosos subsí-

dios. Estes e outros colaboradores, que virão ainda, não deixam subsistir dúvidas — aliás explicáveis — sobre os resultados finais da empresa. Tudo estará concluído a tempo e horas, se se verificarem condições que de nós não dependem. E, quanto à Exposição, Augusto de Castro, notavelmente acompanhado, mais uma vez porá à prova, não apenas a intensa vibração dos seus nervos, mas as prodigiosas qualidades de imaginação e de improvisação de que a natureza o dotou.»

IMPrensa BRASILEIRA

Continua a imprensa brasileira a referir-se com grande relêvo às próximas Comemorações Centenárias, noticiando largamente não só as deliberações da Comissão da Colónia Portuguesa, como o noticiário de Portugal, que lhe chega por intermédio das agências telegráficas e dos representantes de alguns dos maiores órgãos dessa Imprensa acreditados no nosso país.

Mencionaremos, de entre esses, os órgãos dos *Diários Associados*, a maior organização jornalística do Brasil, que não só tem publicado com grande destaque o noticiário das referidas agências, mas também vários artigos e entrevistas enviados pela sua Delegação de Lisboa.

Dessas entrevistas salientam-se as que a Delegação em Portugal dos *Diários Associados*, pelos seus serviços na capital do norte, obtiveram dos srs. Júlio Brandão e Dr. Damião Peres, a que se seguirão outras entre as quais uma com o Presidente da Câmara Municipal do Pôrto, Sr. Dr. Mendes Correia.

A entrevista do sr. Dr. Augusto de Castro, Comissário da Exposição do Mundo Português, foi publicada, na íntegra, nos 14 jornais da cadeia dos *Diários Associados*.

O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro e a *Tarde da Baía*, por intermédio do seu representante em Lisboa, têm dedicado também largas referências, comentários e notícias aos trabalhos em curso para as Comemorações, pondo em grande evidência a alta importância do acontecimento que Portugal comemora em 1940.

A *Folha do Norte*, do Pará, o mais importante jornal do Norte do Brasil, publicou no número de 19 de Fevereiro uma extensa crónica do seu correspondente em Lisboa, sr. J. Marques Martinho, referente às Comemorações dos Centenários.

Depois de apresentar o programa geral das comemorações, dá interessantes pormenores da Exposição do Mundo Português.

A crónica é ilustrada com duas gravuras: a planta geral da Exposição e a planta da secção etnográfica colonial.

OUTROS PAÍSES

Os principais órgãos da imprensa espanhola, francesa, inglesa, alemã, italiana, etc. têm acompanhado com o mais vivo interesse e cativante simpatia os preparativos para as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal.

Inúmeras são já as referências que, lá fóra, têm aparecido sobre esses dois factos e que nitidamente atestam a consideração e o ambiente de respeito que hoje o nome do nosso país usufrui no estrangeiro.

Ainda há pouco, o importante diário de Bruxelas *La Nation Belge* publicou, em lugar de honra, uma notável entrevista com o sr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, em que o presidente da Comissão Nacional dos Centenários expôs, nos seus traços essenciais, o programa das festas de 1940.

Essa entrevista, assinada pelo brilhante jornalista Jean Dusart, termina com os seguintes períodos:

«Os navegadores e os exploradores portugueses alargaram, de facto, extraordinariamente os limites do Mundo conhecido e a vitalidade portuguesa afirmou-se de forma notável no novo mundo onde, hoje ainda, o testemunham irrefutavelmente a língua e a cultura de um país enorme como o Brasil.

Portugal exerceu outrora uma grande actividade nas nossas províncias e são bem conhecidos os laços de amizade e a comunhão de interesses que unem, presentemente, os dois povos tornados vizinhos pela colonização africana. O sr. Embaixador Alberto de Oliveira deseja que a Bélgica tome parte activa nas grandes manifestações que o seu país prepara. É desnecessário dizer que a *Nation Belge* formula o mesmo voto; não deixará de ter os seus leitores ao corrente do que se fizer para assegurar o êxito de uma comemoração que encherá da maior alegria todos os amigos do povo português».



GUIMARÃIS — MONUMENTO A D. AFONSO
HENRIQUES

(Escultura de Soares dos Reis)

NOTAS VÁRIAS

MOÇÃO APROVADA, EM SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1938, PELA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A Academia das Ciências, reunida em sessão plenária extraordinária para apreciar o plano dos trabalhos colectivos a realizar em 1939 e 1940, como contribuição desta corporação científica para as comemorações nacionais dos centenários da Fundação e da Restauração, resolve:

1.º — Publicar em 1940, começando a imprimir-se em 1939, o Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, completo;

2.º — Apresentar impressas, até ao fim de 1940, as primeiras vinte e quatro fôlhas do Dicionário etimológico e histórico da língua portuguesa;

3.º — Publicar, em 1939, o 1.º tomo da edição crítica das obras de Pedro Nunes, constituído pelo *Tratado da Esfera*, e, em 1940, o 2.º;

4.º — Publicar, no fim do ano de 1940, ou, o mais tardar, até 1941, uma Gramática portuguesa, que seja o código universal da língua e um cânone linguístico de rigorosa e completa informação;

5.º — Realizar, no decurso do ano de 1939, séries de conferências públicas, precedidas de uma sessão solene inaugural, nas quais serão considerados, em vastas sínteses crítico-históricas e nos seus múltiplos aspectos político, diplomático, jurídico, militar, social, económico e cultural, os factos e as épocas abrangidos nas celebrações do duplo centenário, especialmente no que respeita ao Portugal restaurado;

6.º — Iniciar, em 1939, os trabalhos de organização e elaboração do Inventário bibliográfico geral da Nação, desde os primeiros incunábulo portugueses até à actualidade, compreendendo nótulas descritivas dos cimélios mais importantes, em especial dos paleotipos, e a indicação das bibliotecas públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras onde se encontram, obra a publicar em edição monumental e ilustrada, sem compromisso de prazo;

7.º — Dar conhecimento desde já, a Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, deste plano de realizações, a fim de que sejam inscritas no Orçamento Geral do Estado as dotações necessárias, mediante estimativa que, para os trabalhos a executar durante o exercício de 1939, a Academia apresentará ao Governo até ao dia 30 do corrente mês.

MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE E SIMPATIA DA ACADEMIA DE ITALIA À ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

O Presidente da Real Academia de Itália, sr. Federzoni, enviou a seguinte mensagem de solidariedade e de simpatia à Academia das Ciências de Lisboa a propósito das próximas celebrações nacionais portuguesas:

«A Sua Ex.ª Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Seguro intérprete dos sentimentos espontâneos do povo italiano, renovado nas suas antigas virtudes pelo génio do Duce sob os signos infalíveis do Littorio, a Real Academia de Itália deseja exprimir a V. Ex.ª e aos membros da máxima Instituição Cultural Lusitana a viva satisfação e o regosijo de todos os italianos pelas eminentes e solenes celebrações do VIII Centenário da gloriosa vitória de Ourique e do III Centenário da Libertação de Portugal do jugo estrangeiro.

Em 1939 e 1940 não se evocarão somente os factos heróicos da sublevação do cristianismo e do nacionalismo contra o bárbaro invasor e contra o dominador estrangeiro, mas serão glorificadas as luminosas e inatas virtudes de um povo que, durante séculos, tem sabido conservar, altivamente, apesar das ameaças da força e da violência adversária, toda a sua integridade de espírito e de consciência nacional, e que, rico de vitalidade e de experiência, não hesitou em tentar as mais perigosas vias do Mundo sob as bandeiras de Dias, Vasco da Gama e Cabral, com o fim de fazer-se propagador da nossa civilização e da nossa fé, e, desses estrénuos defensores, continua pelos séculos a cumprir a árdua missão que Roma Mãe lhe tinha confiado no extremo ocidente da Europa.

Muitos são os laços históricos e sentimentais que ligam os dois povos, português e italiano: a origem étnica, a religião, o alto espírito latino. Ambos são, por instinto e por predestinação, missionários e guerreiros, navegadores e poetas, fundadores de impérios.

O vosso grande e inesgotável cantor de «Os Lusíadas» o imortal Luiz de Camões, não foi erradamente aproximado do nosso Virgílio, pois as mais puras e mais altas expressões da Poesia Ita-

liana e Lusitana revelam afinidade e alimentam-se nas comuns fontes da nossa civilização.

E ainda hoje, enquanto em tôda a parte do Mundo se desencadeia a luta para a defesa dos princípios essenciais da vida espiritual e social, contra a barba-rie asiática e contra as teorias funestas para elevação moral dos povos, a Itália Fascista olha com admiração e confiança êste sempre jovem e corajoso povo lusitano, fiel à tradição de Roma, que não falta aos seus deveres históricos.

Quási paralelamente ao exemplo oferecido a todos os povos pela genialidade providencial de Mussolini, empreendeu e felizmente realizou, num breve espaço de tempo, uma profunda reconstrução do Estado e da sociedade Nacional, o que coloca Portugal entre as Nações politicamente mais aperfeiçoadas». — O presidente, Luigi Federzoni.

Todos os jornais italianos publicaram esta mensagem com o maior relêvo, nas suas páginas de honra.

O sr. Federzoni é uma das individualidades de maior destaque na vida política e intelectual italiana, sendo presidente do Senado, além de presidente da Academia.

É ainda um dos oito cavaleiros da Ordem Suprema da Santíssima Anunciação, o que lhe dá direito a ser chamado «primo» do soberano.

**CONCURSO DE ARTIGOS
SÔBRE AS COMEMORAÇÕES
DE 1940 PUBLICADOS NA
IMPRESA PORTUGUESA**

A celebração dos centenários da fundação e restauração de Portugal tem dado ensejo à publicação, na Imprensa portuguesa, de numerosos artigos em que o facto histórico e o seu significado

são postos em devido relêvo e estudados à luz de alto critério patriótico. Muitos outros valiosos trabalhos jornalísticos virão, certamente, a lume sôbre o assunto, já durante o corrente ano, já em 1940, o «ano áureo» das comemorações.

A Comissão Executiva dos Centenários, no intuito de dar um justo galardão aos autores dêsses artigos que assim obterão a notoriedade mais duradoura que merecem, estabelecendo ao mesmo tempo um estímulo para que os jornalistas continuem a ocupar-se da gloriosa celebração, resolveu instituir, pela sua Secção de Propaganda e Recepção, prémios que serão atribuídos em 1939 e 1940.

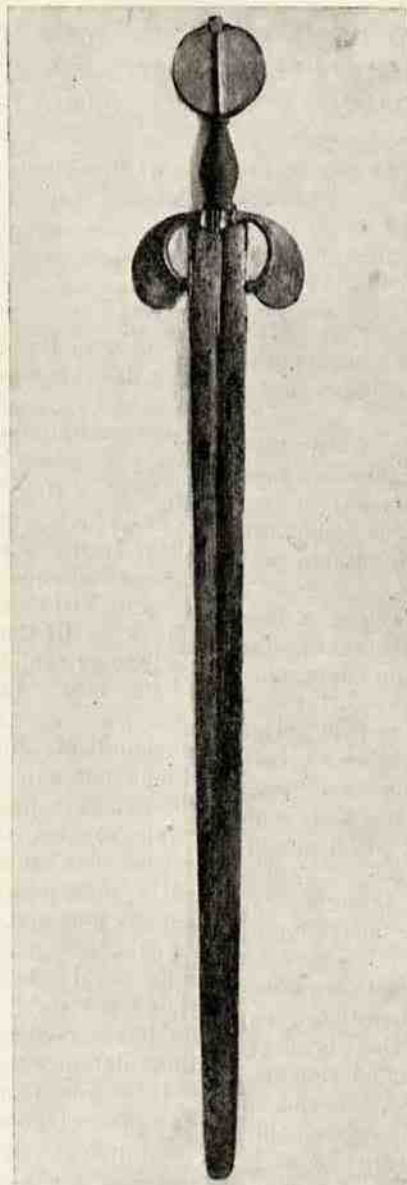
O concurso relativo ao ano corrente é promovido nas bases seguintes:

Base I — A êste concurso poderão concorrer todos os es-cretores portugueses, com artigos originaes publicados em português, em jornais ou revistas de Portugal, ilhas adjacentes e colónias, e que tenham por tema as comemorações de 1940 e a sua significação.

Base II — Serão admitidos ao concurso os artigos publicados no período que vai da data da publicação destas bases até 31 de Dezembro do ano corrente.

Base III — Os concorrentes entregarão no Secretariado da Propaganda Nacional, onde funciona a Secção de Propaganda e Recepção, até 15 de Janeiro de 1940, os seus pedidos de admissão, ao concurso acompanhados de oito exemplares do jornal ou revista em que haja sido publicado o artigo com que concorrerem ao prémio.

Base IV — O júri será constituído por seis figuras de reconhecido prestígio nas letras ou no jornalismo e pelo director da



ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES

(Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede 0,™835)

Secção de Propaganda e Recepção que presidirá, apenas votando em caso de empate.

Base V — Serão atribuídos os seguintes prémios indivisíveis: primeiro, de dois mil escudos; segundo, de mil escudos.

Base VI — O júri reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os trabalhos concorrentes não satisfizerem às exigências deste concurso ou lhes faltar a indispensável categoria literária.

Base VII — Estas bases constarão de documento afixado na sede da Comissão Nacional dos Centenários.

CONCURSO PARA A EXECUÇÃO DO «EMBLEMA» QUE DEVERÁ FIGURAR NAS PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS

Em 30 de Novembro de 1938, a Comissão Executiva dos Centenários, por intermédio da sua secção de Propaganda e Recepção, abriu concurso para a execução do desenho para a gravura emblemática que deverá figurar nas publicações da Comissão Nacional dos Centenários, nas bases seguintes:

1.ª — Os desenhos, que terão de ser feitos à pena e a tinta da China, para o efeito da reprodução por meio de gravura, devem obedecer às seguintes dimensões: 0,40 m. de altura por 0,30 m. de largura e conter a inscrição: «1140-1940».

2.ª — Os concorrentes deverão entregar os seus desenhos contra recibo, até às 16 horas do dia 31 de Dezembro de 1938, na sede da Comissão Nacional dos Centenários (Travessa de S. Mamede, 7, 5.ª, em Lisboa), tendo de submeter-se rigorosamente às disposições exaradas no presente programa.

3.ª — Todos os concorrentes poderão apresentar mais de um desenho, devendo a cada um corresponder, porém, uma divisa igual à do sobrescrito fechado e lacrado, contendo dentro o seu nome e a morada do autor.

4.ª — Os desenhos deverão conservar o seu carácter secreto, por forma que não haja possibilidade de se conhecer qualquer pormenor antes de examinados pelo júri.

5.ª — A classificação dos desenhos apresentados será feita por um júri constituído por quatro artistas ou críticos de arte e pelo presidente da secção de Propaganda e Recepção, que só intervirá na votação em caso de empate.

6.ª — Ao desenho classificado em primeiro lugar

cabará o prémio de Esc. 2.000\$000 (dois mil escudos).

7.ª — O júri pode deixar de atribuir este prémio, se entender que nenhum dos desenhos apresentados satisfaz os objectivos do concurso.

8.ª — A Comissão Executiva dos Centenários reserva-se o direito de adquirir qualquer dos desenhos concorrentes, não premiados.

9.ª — A este concurso apenas serão admitidos artistas portugueses.

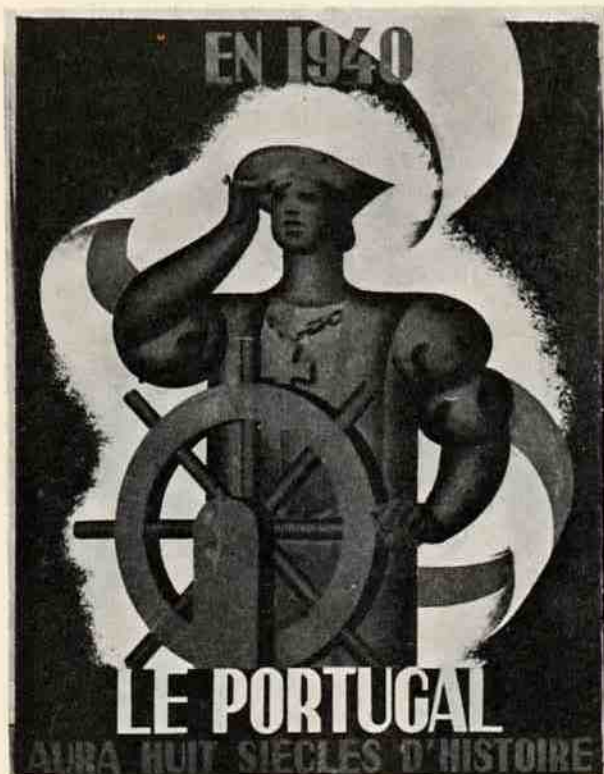


O EMBLEMA DAS EDIÇÕES DOS CENTENÁRIOS, DA AUTORIA DE EDUARDO ANAHORY

(1.º Prémio)

10.ª — Estas bases constarão do documento afixado na sede da Comissão Nacional dos Centenários.

No dia 20 de Janeiro do ano corrente, no Secretariado da Propaganda Nacional, onde funciona a secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, reuniu-se, sob a presidência do Sr. António Ferro, o júri encarregado de atribuir



CARTAZ DO PINTOR FÉLICIEN GARCIA,
DE PARIS

(A afixar no estrangeiro. 2.º Premio)

este prémio e que era constituído pelos Srs. Bernardo Marques, Emérico Nunes, Luiz de Montalvor e Raúl Lino. Depois de ter apreciado demoradamente os trabalhos apresentados, num total de quarenta e sete, entre os quais se contavam muitos de feliz concepção e excelente realização, resolveu o júri, por fim, atribuir o prémio, por unanimidade, ao emblema assinado com a divisa «Ai». O trabalho assim classificado em primeiro lugar apresenta as quinas sobre uma cruz e uma Espada, em tradução feliz da síntese: a Fé e o Império.

Aberto o envelope correspondente a esta divisa, verificou-se ser seu autor o artista Sr. Eduardo Anahory, de Lisboa, a quem coube o prémio único deste concurso: dois mil escudos.

Atendendo, porém, ao muito merecimento dum dos restantes emblemas, o júri resolveu adquiri-lo. Esse trabalho, subscrito com a legenda «Oitavo sé-

culo», é da autoria do artista Sr. Jorge de Matos Chaves, de Lisboa.

CONCURSO DOS CARTAZES A AFIXAR EM
PORTUGAL E NO ESTRANJEIRO

No Secretariado da Propaganda Nacional, reuniu-se em 6 de Fevereiro do ano corrente o júri encarregado de classificar os cartazes referentes às comemorações de 1940, apresentados ao concurso promovido pela Comissão Executiva dos Centenários, por intermédio da sua secção de Propaganda e Recepção, e do qual faziam parte os Srs. António Ferro, que presidiu, na qualidade de director da referida secção, Cotinelli Telmo, Leitão de Barros, Raul Lino e dr. Reinaldo dos Santos.



CARTAZ DO PINTOR ROBERTO DE ARAÚJO,
DE LISBOA

(A afixar em Portugal. 2.º Prémio)



CARTAZ DO ARQUITECTO KEIL DO AMARAL
E DE D. MARIA PIRES KEIL DO AMARAL,

(3.º Prémio)

Depois de demorada apreciação aos trabalhos concorrentes, que eram cêrca de 200, provenientes de Portugal e de diversos países da Europa, o júri resolveu não atribuir os dois primeiros prémios. Para os segundos — de dois mil e quinhentos escudos cada um — classificou os cartazes que depois se verificou serem da autoria de Felicien Garcia, de Paris e Roberto de Araújo de Lisboa, destinados, respectivamente, a serem afixados no estrangeiro e em Portugal.

O cartaz do pintor Felicien Garcia apresenta uma figura de navegador junto à roda do leme e envolto numa fita, em que se aliam as côres azul e branca da Fundação ao verde e encarnado da bandeira nacional.

Roberto de Araújo, artista e decorador bem co-

nhecido, realizou também um trabalho muito interessante, em que se vê uma caravela sustentada por um padrão, de que se divisam as duas faces da parte superior com os escudos da Fundação e Restauração.

Os dois terceiros prémios — de mil escudos cada um — foram concedidos a trabalhos da autoria do arquitecto Keil do Amaral e sua espôsa, D. Maria Pires Keil Amaral, que apresentaram os seus cartazes de colaboração.

No estúdio do Secretariado da Propaganda Nacional estiveram os referidos cartazes patentes ao público, durante alguns dias, tendo esta exposição despertado o mais vivo interesse.



CARTAZ DO ARQUITECTO KEIL DO AMARAL
E DE D. MARIA PIRES KEIL DO AMARAL,
DE LISBOA

(3.º Prémio)

